
Em busca do tempo perdido

ALBERTO AMADEI NETO

A necessidade do planejamento estatal estratégico e de coordenação política, da intervenção direta da população nos centros de decisão, da refundição institucional da SUDENE e de seus mecanismos de rearticulação regional. "Nunca estivemos tão longe do país com o qual um dia sonhamos"

CELSO FURTADO

Não há correspondência entre crescimento econômico e desenvolvimento na evolução recente da região nordestina. O Nordeste dos anos 60 e 70, dos 80 e 90, é um exemplo daquilo que se chama hoje de mau desenvolvimento. Com efeito, nenhuma outra região do terceiro mundo alcançou, no período continuado de quatro décadas, uma taxa de crescimento tão elevada, ou conheceu um processo de industrialização tão intenso.

Nesse sentido, a idéia cética de extinção da SUDENE não encontra qualquer respaldo na análise mais superficial do tema. Afinal, os problemas que levaram Celso Furtado a imaginar, com a força monumental do seu pensamento criador, que sem a intervenção direta, permanente e politicamente apoiada no centro do poder, sobre a questão regional, não ha-

veria possibilidade do prosseguimento da construção nacional, nunca foram tão evidentes quanto atualmente.

Se é verdade que houve melhora regional considerável da infra-estrutura física, particularmente nos setores de transportes e energia, não é menos evidente que esse crescimento econômico em nada refletiu sobre os salários reais da grande massa da população.

A grande maioria da população rural pouco ou nada dele se beneficiou. Não é mentira que a classe média, antes raquítica na região, passou a ocupar um espaço mais importante. Em compensação, a taxa de subemprego invisível (pessoas ganhando até um salário mínimo na ocupação principal) se manteve em 80% da população, nos últimos 25 anos.

A dinâmica medíocre que condiciona atualmente a economia brasileira, por obra de seus próprios governantes, inclusive com o apoio tático politicamente equivocados do Nordeste, tem como alavanca mestra um corte brutal nos investimentos públicos, donde resulta que as regiões mais dependentes de aplicações de recursos do governo federal são particularmente sacrificadas.

O Nordeste é, tradicionalmente, uma região com amplo excedente em suas relações comerciais com o exterior. Ainda em 1980 esse excedente correspondia a 45% das exportações internacionais da região. E também se auto abastece no que respeita a fontes primárias de energia. Portanto, a política de estabilização e a dinâmica macroeconômica não deveriam ser definidas sem ter na devida conta os interesses vitais da população nordestina.

Um dos objetivos da criação da SUDENE foi exatamente dotar a região de um instrumento que lhe permitisse participar eficazmente dos centros formuladores da política econômica e financeira do país. Essa a razão pela qual o seu superintendente era membro de pleno direito, na insuperável concepção de Celso Furtado, daquilo que hoje se chama de CMN.

Hoje, o primeiro passo para repensar o Nordeste é repensar o Brasil, tendo em conta a situação angustiante em que se encontra esta região.

Compreende-se que os banqueiros defendam seus interesses em conluio com os operadores da política econômica, mas a ninguém escapa a indecência em extorquir juros médios reais 4 vezes mais altos do que há 10 anos.

O que não se compreende é não defender, com o mesmo empenho, o direito sagrado que tem o povo de sobreviver, incompatível com a política econômica vigente.

Aliás, há explicação: temos uma elite cruel, arrogante e corrupta, que traiu a democracia de massas e submeteu a economia à dependência do capital financeiro e à hegemonia dos monopólios estrangeiros.

Ora, se não conseguimos, no plano nacional, satisfazer essa condição básica, que é a reconquista do direito de ter uma política de desenvolvimento à altura das reais necessidades da população brasileira – atualmente emasculada pelo FMI e operada por uma equipe de eunucos – então terá chegado a hora da verdade.

O que significa para o Nordeste o seu próprio desenvolvimento nas circunstâncias atuais? Significa que não se voltem a adotar falsas políticas de desenvolvimento, cujos benefícios se concentram nas mãos de pequenos grupos. No diagnóstico de há um quarto de século, Celso Furtado dizia claramente que era necessário abrir os olhos para a evidência de que o problema fundamental do Nordeste estava em sua agricultura.

A confirmação é atualmente irrefutável: a menos que o Nordeste reconstrua todo o seu setor agrícola, capacitando-o para assegurar uma oferta elástica de alimentos, os caminhos de acesso ao desenvolvimento continuarão bloqueados.

As classes médias sempre encontram uma saída abastecendo-se fora da região. Os sacrificados são os que dependem

da agricultura de subsistência para comer e as massas urbanas de baixa renda nas periferias.

É corrente pensar que uma reforma agrária possa constituir um avanço no plano social, mas envolva um elevadíssimo custo econômico. Essa é uma visão equivocada. O verdadeiro objetivo da reforma agrária é liberar os agricultores para que eles se transformem em atores dinâmicos no plano econômico. A grande empresa agrícola, que muitos pregam ser o caminho único da solvência no mundo rural, não somente pressupõe alta capitalização, como só apresenta vantagens em setores circunscritos da atividade agrícola.

No caso brasileiro, e mais gravemente no nordestino, as estruturas agrária e fiscal são os principais fatores causais da extremada concentração de renda e da riqueza no conjunto da economia, como demonstra a Tabela 1. Não tanto porque a renda seja mais concentrada no setor agrícola, mas pelo fato de que, não havendo no campo nenhuma possibilidade de melhoria das condições de vida para a massa trabalhadora, a população rural tende a se deslocar para as zonas urbanas, congestionando nestas a oferta de mão-de-obra não especializada, no molde da Tabela 2.

Não tenho dúvida de que essa engrenagem maldita voltará a produzir os mesmos resultados no futuro – mesmo que retomado o ritmo de crescimento dos anos 60 e 70, algo muito improvável como revela a Tabela 3 – se não formos capazes de dotar a região de uma estrutura agrária capaz de assegurar uma melhora efetiva nas condições da população rural, orientada para a produção de alimentos de consumo geral.

Importa de antemão que nos entendamos sobre nossos objetivos estratégicos, os quais terão que ser necessariamente de natureza social. Nada a ver com a repetição do mantra neoliberal, superávits primários para pagar juros de uma dívida que explodiu, deveres de casa prescritos pelo FMI aos seus meninos de recado bem comportados em Brasília.

Não é demais lembrar. O que caracteriza o desenvolvimento é seu projeto social subjacente. O crescimento econômico na retórica vulgar, sobretudo na dicção dos economistas no poder e seus ventríloquos na mídia, funda-se na preservação dos privilégios das elites, que satisfazem o seu afã de modernização, absolutamente sem ter em conta qualquer outro parâmetro, muito menos conferir prioridade às angústias das classes subalternas.

Os portadores de necessidades simples não precisam dessa “modernização” que se baseia na difusão seletiva de altos padrões de consumo ao preço da desagregação social. Até para nos igualarmos à Colômbia – a que ponto chegamos! – teríamos que distribuir mais de 40% da renda do Brasil de cima, em face da Tabela 4.

À SUDENE deveriam ser restituídas suas prerrogativas originais de órgão que assessora tanto o presidente da República (não esses delegados do FMI enfeitados com flâmula presidencial), como o Congresso Nacional (não esses mascates da globalização) e que participa das decisões do Executivo (não essa sub-gerência do capital financeiro), no seu mais alto nível.

Se não dispusermos de instrumentos adequados de ação política e de coordenação estratégica, iludidos com essa competição estadual de duvidosa eficiência e nenhuma eficácia, continuaremos reduzidos ao papel de pequenos satélites, em uma Federação absorvida e centralizada na União, que se rege cada vez mais em função de poderosos interesses econômicos que nos escapam.

Assim seremos sempre vistos como dependentes incômodos e tratados como reserva de caça para aventureiros políticos, em troca de alguma linha de crédito de última hora, para contentar quem estiver com o pires mais estendido em uma mão e trazer mais votos encabrestados na outra.

Os novos gestores estão bêbados do porre neoliberal que tomaram, as instituições vergam na corda bamba feito

equilibristas e as classes subalternas desempenham, cada vez mais desesperadas, o seu papel clássico de cordeiros sacrificados (Tabela 5).

Como diz o nosso maior economista, Celso Furtado, “nunca estivemos tão longe do país com o qual um dia já sonhamos”.

Faz poucos dias, contudo, uma onda de esperança varreu o país, durante a eleição de Lula como presidente. Pela primeira vez na história republicana, um legítimo representante do “Brasil de baixo”, na feliz expressão do poeta camponês cearense, Patativa do Assaré, um ex-retirante, um ex-engraxate, um ex-torneiro mecânico, um ex-sindicalista, pôs as mãos nos recursos de poder e mando do “Brasil de cima”. Aproxima-se, ao que tudo indica, a vez de uma grande mudança; lenta, mas aparentemente irreversível. As idéias de Celso Furtado – percebe-se no ar – agora estão de volta. Não se trata de uma volta ao passado, mas à recuperação das potencialidades que foram reprimidas ou que ficaram sobrestadas pela incapacidade dos gestores de turno de retomarem a construção interrompida.

Celso Furtado, talvez, ainda tenha a oportunidade de ver que o seu Plano Trienal ainda pode ser recuperado, como ponto de referência e de partida de um projeto nacional, popular e democrático, com a ampla participação das massas, que Lula demonstrou ser capaz de comover e, certamente, não perderá a oportunidade histórica de mobilizar.

Tabela 1. *Concentração da renda e riqueza (%).*

	Brasil		Inglaterra		Estados Unidos	
	Renda	Riqueza	Renda	Riqueza	Renda	Riqueza
<i>1% mais ricos</i>	17	53	8	29	8	26
<i>5% mais ricos</i>	39	Nd	18	54	21	Nd
<i>10% mais ricos</i>	53	Nd	23	67	24	64

Fonte: Banco Interamericano de Desenvolvimento - União Européia. / Dieese / Unafisco Sindical.

Tabela 2. *População rural e urbana (%).*

	Brasil	
	Rural	Urbana
1970	44	56
1980	33	67
1990	26	74
2000	21	79

Fonte: Banco Interamericano de Desenvolvimento - União Européia. / Dieese / Unafisco Sindical.

Tabela 3. *Crescimento da economia brasileira (% do pib).*

	Brasil	Mundial
1960/70	5,1	4,7
1970/80	5,8	4,2
1980/90	2,5	2,9
1990/00	2,3	2,8

Fonte: Banco Interamericano de Desenvolvimento - União Européia. / Dieese / Unafisco Sindical.

Tabela 4. Distribuição da renda (%).

	40% mais pobres (A)	10% mais ricos (B)	B/A
Brasil	7	51	7,2
Japão	22	22	1
Colômbia	11	44	4
Botswana	7	42	6
Argentina	14	35	2,5

Fonte: Banco Interamericano de Desenvolvimento - União Européia. / Dieese / Unafisco Sindical.

*No Nordeste, os percentuais pioram muito, em razão do índice de pobreza absoluta ser 30% maior do que a média nacional.

Tabela 5. Evolução da distribuição de renda no Brasil.

Década	Índice de Gini	Ricos/pobres
1960	0,50	34
1970	0,56	40
1980	0,59	47
1990	0,63	78

Fonte: Banco Interamericano de Desenvolvimento - União Européia.

Observações:

Índice de Gini varia entre zero (renda igualmente distribuída) e um (renda totalmente concentrada). Quanto mais perto de um, pior a distribuição de renda.

Ricos/pobres mede a desigualdade nos extremos entre os 10% mais ricos contra os 10% mais pobres.

Em 30 anos, mais do que dobrou a distância entre os extremos.

Referências Bibliográficas

- BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. *A economia como ela é*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- BENJAMIN, César. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1998.
- CANO, Wilson. *Soberania e política na América Latina*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp / Editora Unesp, 1999.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza*. São Paulo: Editora moderna, 1999.
- COSTA, Sílvio. *Concepções e formação do Estado brasileiro*. São Paulo: Editora e Livraria Anita Ltda, 1999.
- DREIFUSS, René Armand. *1964 - a conquista do Estado*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- FEROLLA, Sérgio Xavier. *Em defesa do interesse nacional - bases para um projeto nacional*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.
- FIORI, José Luís. *60 lições dos 90 - uma década de neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- FORRESTER, Viviane. *Uma estranha ditadura*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- FURTADO, Celso. *Seca e poder*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- GONÇALVES, José Reinaldo. *O Brasil endividado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- GRESPLAN, Jorge Luis da Silva. *O negativo do capital*. São Paulo: Editora Hucitec / Fapesp, 1999.
- MÉSZAROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial / Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- PETRAS, James, VELTMEYER, Henry. *Brasil de Cardoso: a desapropriação do país*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- RIBEIRO, Renato Janine. *A sociedade contra o social*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Destruição não criadora*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.
- THORP, Rosemary. *Progresso, pobreza e exclusão: uma história econômica da América Latina no século XX*. Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento / União Européia / Primeira edição em Inglês, 1998.
- VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. *As ruínas do pós-real*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1999.

Resumo

O artigo mostra que não há correspondência entre crescimento econômico e desenvolvimento na evolução recente da região nordestina, visto que nenhuma outra região do terceiro mundo alcançou, no período continuado de quatro decênios, uma taxa de crescimento tão elevada, ou conheceu um processo de industrialização tão intenso e, ao mesmo tempo, manteve os salários reais da grande massa da população ruins, além do fato de a maioria da população rural pouco ou nada ter se beneficiado de tal crescimento econômico.

Nesse sentido, critica-se a política de estabilização e a dinâmica macroeconômica adotada nos últimos governos e aponta-se a reconquista do direito de ter uma política de desenvolvimento à altura das reais necessidades da população brasileira como saída para a situação do Nordeste e do Brasil.